Colégio 00001 | Sala 0001 | Ordem 0001

Abril/2018

GOVERNO DO MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES – SEGEP
AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO – AGED

Concurso Público para provimento de vagas nos cargos de

Técnico de Fiscalização Agropecuário

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: TIPO−001

Nº do Documento: 0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Conquistas começam com a decisão de tentar o primeiro passo.

- Verifique se este caderno:
- Corresponde a sua opção de cargo.
- Contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 (três) horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

Na cerimônia de entrega do Prêmio Melhores do Agronegócio 2017, o presidente da Embrapa, Maurício Lopes, disse que a chegada e a difusão de novas tecnologias vão revolucionar o futuro do campo brasileiro.

Ele anunciou que a Embrapa Gado de Corte está lançando um cabresto com sensores para ser colocado no boi. A ferramenta é capaz de transmitir para o computador alguns sinais, como a temperatura do corpo, por exemplo, possibilitando ao pecuarista atuar com antecedência sobre problemas da boiada. "É uma das últimas palavras em tecnologia."

O presidente da Embrapa disse, ainda, que a agricultura de precisão será determinante para o futuro do agronegócio.

Em resposta a uma provocação do jornalista Bruno Blecher, Maurício Lopes disse acreditar que a carne do futuro poderá mesmo ser produzida em laboratório. Há dez anos, um simples bifinho custava US$ 120 mil. Hoje, ele sai por US$ 5 mil, afirma. "Resta saber se alguém vai querer comer."

(Adaptado de: NASCIMENTO, Sebastião. Novas tecnologias vão definir o futuro do agro, diz presidente da Embrapa. Disponível em: **http://revistagloborural.globo.com**)

1. O texto tem o claro propósito de

(A) registrar comentários feitos pelo presidente da Embrapa por ocasião de sua presença em um evento, o que se constata pelo emprego recorrente de *disse*.

(B) defender que a Embrapa Gado de Corte deve ser premiada por desenvolver um cabresto com sensores, descrito pelo autor como *uma das últimas palavras em tecnologia*.

(C) mostrar como a Embrapa estimulará a agricultura de precisão, o que se explicita na afirmação *a chegada e a difusão de novas tecnologias vão revolucionar o futuro do campo brasileiro*.

(D) mensurar os benefícios do consumo da carne produzida em laboratório para a saúde das pessoas no futuro, como se faz patente ao longo do último parágrafo.

(E) criticar a pouca utilidade prática da tecnologia desenvolvida no Brasil, como se nota na descrição do produto da Embrapa, no segundo parágrafo.

2. No 2º parágrafo, as formas verbais *anunciou* e *está lançando* combinam-se para enfatizar que o *cabresto com sensores*

(A) já tem tradição no mercado.
(B) ainda não deixou de ser um projeto.
(C) foi bem avaliado pelo consumidor.
(D) deve ser visto como uma novidade.
(E) não tem autorização para ser vendido.

3. A partir da leitura do 4º parágrafo, conclui-se que Maurício Lopes

(A) considera que o principal problema a ser enfrentado pela carne produzida em laboratório no futuro será seu alto custo.
(B) hesita em opinar sobre a carne do futuro por duvidar que a carne produzida em laboratório se torne acessível.
(C) tem convicção de que a carne produzida em laboratório será bem aceita por parte do mercado consumidor.
(D) foi incitado a emitir sua opinião sobre a possibilidade de a carne do futuro ser produzida em laboratório.
(E) suscitou a discussão acerca da carne do futuro porque é um entusiasta da carne produzida em laboratório.

4. Uma frase escrita em conformidade com as informações do texto e com a norma-padrão da língua é:

(A) Os custos da produção de carne em laboratório alterarão-se de maneira consideravel nesses últimos dez anos.
(B) Os sinais captados pelos sensores do cabresto oferecem ao pecuarista informações relevantes sobre o estado da boiada.
(C) Os avanços na produção de carne em laboratório, são crucial na medida que esta será a alimentação do futuro.
(D) Não há dúvida que a agricultura de precisão carece de estimulo, considerando de que o futuro do agronegócio depende dela.
(E) O campo brasileiro permanecerá estaguinado enquanto não se emplementar novas e mais avançadas tecnologias.

5. Uma forma verbal na voz passiva está em:

(A) *"É uma das últimas palavras em tecnologia."*
(B) *A ferramenta é capaz de transmitir para o computador alguns sinais*...
(C) … *a chegada e a difusão de novas tecnologias vão revolucionar o futuro do campo brasileiro*.
(D) … *a Embrapa Gado de Corte está lançando um cabresto de sensores*...
(E) ... *a carne do futuro poderá mesmo ser produzida em laboratório*.

6. A frase *Há dez anos, um simples bifinho custava US$ 120 mil* está reescrita em conformidade com a norma-padrão da língua em:

(A) Se foi dez anos de quando um simples bifinho custava US$ 120 mil.

(B) Fazem dez anos, que um simples bifinho custava US$ 120 mil.

(C) Decorrido dez anos, um simples bifinho custava US$ 120 mil.

(D) A cerca de dez anos, um simples bifinho custava US$ 120 mil.

(E) Dez anos atrás, um simples bifinho custava US$ 120 mil.

---

7. Há correspondência correta entre tempos e modos verbais na seguinte frase:

(A) É preciso que se aumente o investimento em pesquisa para que o agronegócio brasileiro não precisasse importar tanto maquinário.

(B) Se houvesse maior difusão das novas tecnologias, o agronegócio brasileiro será uma das principais áreas a se beneficiar.

(C) O presidente da Embrapa demonstrou convicção ao defender que as novas tecnologias revolucionarão o futuro do agronegócio.

(D) A agricultura de precisão já esteja sendo necessária nos dias atuais, mas talvez tivesse sido mais determinante para o futuro do agronegócio.

(E) Quando a carne produzida em laboratório tiver amplo consumo é que poderíamos dizer se os recursos gastos em seu desenvolvimento sejam válidos.

Atenção: Considere o poema abaixo para responder às questões de números 8 a 10.

Visitante

ao penetrar neste país

deixe a alma entreaberta

quem dorme em São Luís

acorda poeta.

(Adaptado de: CASSAS, Luís Augusto. **A poesia sou eu** – Poesia reunida. Rio de Janeiro, Imago, 2012, v. 2, p. 410)

8. Com a palavra *visitante*, o eu poético

(A) nomeia seu interlocutor, a quem dirige um conselho.

(B) critica o turista que não escolhe São Luís como seu destino.

(C) satiriza o compatriota insatisfeito com sua terra natal.

(D) invoca o poeta nascido em São Luís, cuja sensibilidade é especial.

(E) censura a alienação do turista, alheio às mazelas do lugar que visita.

---

9. No poema, a cidade de *São Luís* é apresentada como

(A) destino de quem busca ascensão econômica.

(B) capital de escritores profissionais.

(C) lugar propício ao aflorar da inspiração.

(D) local estratégico em termos de geopolítica.

(E) paisagem destituída de atributos naturais.

---

10. A oração *ao penetrar neste país* exprime circunstância de

(A) tempo.

(B) concessão.

(C) lugar.

(D) finalidade.

(E) causa.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 11 a 13.

Diógenes de Sínope viveu no ano 336 a.C., em Corinto. Alexandre Magno, rei da Macedônia, foi ao seu encontro, para satisfazer o desejo de falar com o grande sábio. Ao encontrá-lo, disse-lhe: – Sou Alexandre, rei da Macedônia.

E aproximou-se tanto do velho filósofo, que sua sombra se projetou sobre ele.

Respondeu Diógenes: – Eu sou Diógenes, o cínico.

Alexandre, vendo o estado de fragilidade material do velho filósofo, que não acreditava em bens materiais, disse-lhe: – Ó Diógenes, formula um desejo, e eu farei com que ele se cumpra, por mais difícil que seja!

Entre os dois, estabeleceu-se um silêncio. Diógenes encontrava-se na mesma posição, à sombra do rei da Macedônia. E respondeu: – Afasta-te, não me tapes o sol.

Alexandre atendeu ao pedido e afastou-se rapidamente.

A resposta de Diógenes ficou para a história, como expressão de humildade, desapego e desprendimento. Ele não queria mais do que a luz do sol, um bem que não precisava do poder do rei para ser usufruído.

Via @carla_gabola

(Adaptado de: NETO, Aureliano. Sei lá, a vida tem sempre razão. **www.oprogressonet.com**)

11. No último parágrafo, o autor

(A) contesta o rótulo de sábio atribuído a Diógenes de Sínope.

(B) propõe uma reflexão sobre os significados de riqueza e autoridade.

(C) confirma a postura altruísta de Alexandre Magno, rei da Macedônia.

(D) questiona a validade histórica do encontro entre Diógenes e Alexandre.

(E) sugere que os ricos estão moralmente impedidos de desfrutar da luz solar.

12. No texto, há oposição de sentido entre os segmentos:

(A) *sábio* / *filósofo*

(B) *foi ao seu encontro* / *aproximou-se*

(C) *fragilidade material* / *desprendimento*

(D) *sua sombra se projetou* / *estabeleceu-se um silêncio*

(E) *bens materiais* / *luz do sol*

13. *E aproximou-se* **tanto** *do velho filósofo,* **que** *sua sombra se projetou sobre ele*.

A atuação combinada dos vocábulos em destaque articula as orações, na ordem dada, numa relação de

(A) conformidade e proporção.

(B) intensidade e condição.

(C) causa e consequência.

(D) proporção e conformidade.

(E) condição e causa.

14. O emprego dos verbos está plenamente de acordo com a norma-padrão da língua na frase:

(A) Entre os maiores filósofos da Grécia Antiga, destacam-se Diógenes, um mendigo que se mantêm firme em sua busca pela virtude.

(B) Há certos bens cuja essência é tão afeita aos humildes que não pode ser ao menos compreendida pelos prepotentes.

(C) Conforme o que constam em alguns registros, Diógenes foi aprisionado por piratas, que o vendeu como escravo.

(D) Existe relatos segundo os quais três itens constituía os únicos pertences de Diógenes: um alforje, um bastão e uma tigela.

(E) Para Diógenes, ter autodomínio e liberdade resultariam em felicidade, por isso convinham evitar o desejo e o apego.

15. Uma frase escrita em conformidade com a norma-padrão da língua é:

(A) Alexandre atendeu prontamente à solicitação de Diógenes, sobre quem não exerciam influência os valores materialistas.

(B) Apiedando-se da pobreza extrema que Diógenes se encontrava, Alexandre tomou à decisão de concedê-lo um pedido.

(C) O rei da Macedônia aproximou-se tanto do filósofo, que sua sombra chegou à encobrir-lhe, causando-lhe certo incomodo.

(D) Alexandre prometeu realizar um desejo de Diógenes, e ambos se poram em silêncio, o qual quebrou-se com uma resposta disconcertante.

(E) Um dos maiores ensinamentos de Diógenes reside no fato que os bens que atribuía valor, não podiam ser adiquiridos com dinheiro.

Noções de Informática

16. *Para otimizar as configurações do sistema operacional Windows 7, em português, uma recomendação é: clicar no botão Iniciar e no campo Pesquisar programas e arquivos digitar* ....**I**.... *e pressionar a tecla Enter. Na janela Configuração do Sistema que se abre, na aba Inicialização do sistema, verificar se o Windows 7 foi selecionado. Em seguida, clicar em Opções Avançadas e, na janela que se abre, marcar a opção Número de processadores. Selecionar de preferência o maior número possível de processadores propostos e clicar em Ok. Ao fechar a janela e abrir a anterior, clicar em Aplicar e, em seguida, em Ok. Reiniciar o computador.*

(Adaptado de: **http://br.com.net/faq/2510-como-deixar-o-seu-windows-7-mais-veloz**)

Preenche corretamente a lacuna **I**:

(A) cmd
(B) regedit
(C) suporte
(D) msconfig
(E) system

17. Um Técnico de Fiscalização estava utilizando um computador com o sistema operacional Windows 7, em português, mas o *mouse* parou de funcionar. O Técnico ativou as teclas para *mous*e para mover o ponteiro do *mouse* usando o teclado numérico. A partir disto, o teclado numérico passou a funcionar conforme a lista abaixo.

Para cima e para a esquerda	7
Para cima	8
Para cima e para a direita	....**I**....
Para a esquerda	4
Para a direita	6
Para baixo e para a esquerda	...**II**...
Para baixo	..**III**..
Para baixo e para a direita	..**IV**...

As lacunas **I**, **II**, **III** e **IV**, são correta e respectivamente preenchidas, com

(A) 5 – 3 – 2 – 1
(B) 9 – 0 – 1 – 2
(C) 9 – 1 – 2 – 3
(D) 0 – 5 – 1 – 3
(E) 5 – 1 – 2 – 3

18. A tecnologia de rede de computadores

(A) WiMax foi desenvolvida para funcionar em redes locais, tendo curto alcance, justamente o oposto do Wi-Fi, que foi desenvolvido para funcionar em redes metropolitanas. As duas tecnologias atuam de forma complementar.

(B) Wi-Fi permite o acesso à internet da casa ou da empresa de um usuário através de ondas do tipo *bluetooth*. O usuário poderá acessar a internet a até 1 km do aparelho receptor.

(C) 3G é uma das possibilidades de conexão de computadores usando banda larga sem fio. O sistema permite que voz, dados e imagens sejam transmitidos e acessados em alta velocidade, via satélite.

(D) Wi-Fi não precisa de cabeamento, pois o sinal de internet chega, por infravermelho, até o roteador através da infraestrutura sem fio da rede telefônica ou da TV a cabo.

(E) WiMax é uma evolução da Wi-Fi, sendo uma tecnologia que permite acesso sem fio à internet.

19. *Não importa se um usuário utiliza Microsoft, MacOS, Android ou outro tipo de sistema operacional, pois ao se conectar na internet com um deles, já fica vulnerável a uma infinidade de ataques digitais e pode sofrer com um tipo de* malware *cuja invasão é realizada com o intuito de causar algum dano ou roubar informações.*

(Adaptado de: **http://tecnologia.ig.com.br/2017-04-04/malware-cimes-ciberneticos.html**)

O *malware* referenciado no texto é um programa que, além de executar as funções para as quais foi aparentemente projetado, também executa outras funções maliciosas sem o conhecimento do usuário. Ataca através de programas que necessitam ser explicitamente executados para que sejam instalados, mas também pode ser instalado por atacantes que, após invadirem o computador, alteram programas já existentes para que também executem ações maliciosas. Este *malware* é denominado

(A) *worn*.
(B) *rootkit.*
(C) *trojan.*
(D) *wanna cry.*
(E) *ransomware*.

Atenção: Utilize o texto abaixo para responder às questões de números 20 e 21

Ataques cibernéticos causaram prejuízo de US$ 280 bilhões às corporações

A extorsão virtual, quando servidores de empresas são bloqueados e seus gestores só recebem acesso novamente mediante pagamento para os criminosos, também é um dos maiores problemas na América Latina, 28,1%, ficando atrás apenas do bloco de países Asiáticos, 35,1%. Os setores mais suscetíveis a essa modalidade de ataques cibernéticos são serviços financeiros (45,8%); cuidados da saúde (23,7%); energia (23,3%); bens de consumo (22,4%); educação (22,1%); viagem, turismo e lazer (19,8%); agricultura (17,9%); setor produtivo (16,3%); tecnologia, meios de comunicação e telecomunicações (13,0%); transporte (11,3%); imobiliário e construção (6,2%) e serviços profissionais (4,8%).

(Disponível em: **http://www.convergenciadigital.com.br**)

20. Considere que o texto foi digitado no Microsoft Word 2010, em português, e que o trecho que apresenta os percentuais foi reformatado como mostrado abaixo.

Os setores mais suscetíveis a essa modalidade de ataques cibernéticos são:

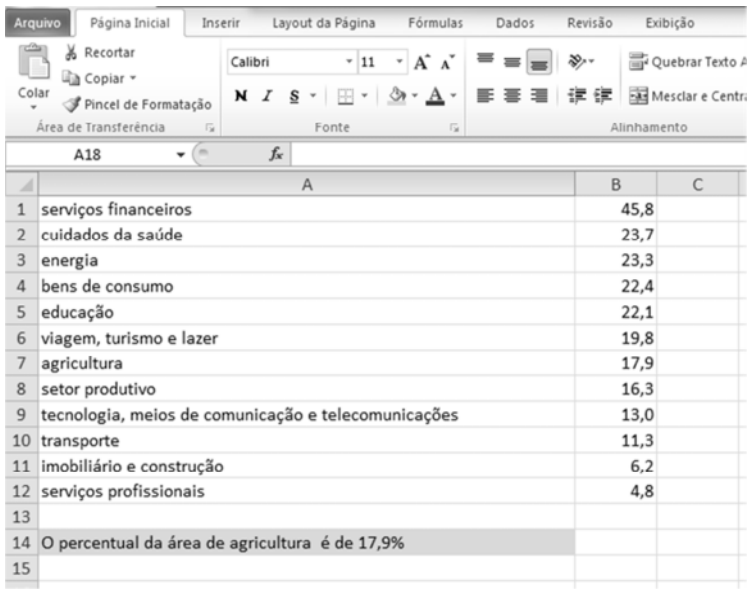
serviços financeiros (45,8%)
cuidados da saúde (23,7%)
energia (23,3%)
bens de consumo (22,4%)
educação (22,1%)
viagem, turismo e lazer (19,8%)
agricultura (17,9%)

Após selecionar o trecho com os setores e seus percentuais, para que seja apresentado como uma tabela, ou seja, o texto seja transformado em tabela, deve-se utilizar o recurso Converter Texto em Tabela que encontra-se na

(A) janela que surge clicando-se com o botão esquerdo do *mouse* sobre o trecho selecionado.
(B) guia Inserir e em Tabela do grupo Tabelas.
(C) guia Layout da Página, no grupo Configurar Tabelas.
(D) janela que surge clicando-se com o botão direito do *mouse* sobre o trecho selecionado.
(E) janela que surge quando são pressionadas as teclas Windows e T.

---

21. Considere que os dados dos percentuais foram copiados, com os devidos ajustes, do Microsoft Word 2010 para o Excel 2010, ambos em português, e foi criada uma planilha como mostra a figura abaixo.



	A	B	C
1	serviços financeiros	45,8	
2	cuidados da saúde	23,7	
3	energia	23,3	
4	bens de consumo	22,4	
5	educação	22,1	
6	viagem, turismo e lazer	19,8	
7	agricultura	17,9	
8	setor produtivo	16,3	
9	tecnologia, meios de comunicação e telecomunicações	13,0	
10	transporte	11,3	
11	imobiliário e construção	6,2	
12	serviços profissionais	4,8	
13			
14	O percentual da área de agricultura é de 17,9%		
15			

Para que na célula A14 fosse escrita a frase **O percentual da área de agricultura é de 17,9%** foi utilizada a função

(A) =STRING("O percentual da área de ";; " é de ";;A7; B7)
(B) =CONCATENAR("O percentual da área de "; A7; " é de "; B7; "%")
(C) =STRINGCAT("O percentual da área de "; A7; " é de "; B7; "%")
(D) =PROCURAR("O percentual da área de ", ?, " é de ", ?,A7, B7)
(E) =CONCATENAR("O percentual da área de ", A7, " é de ", B7, "%")

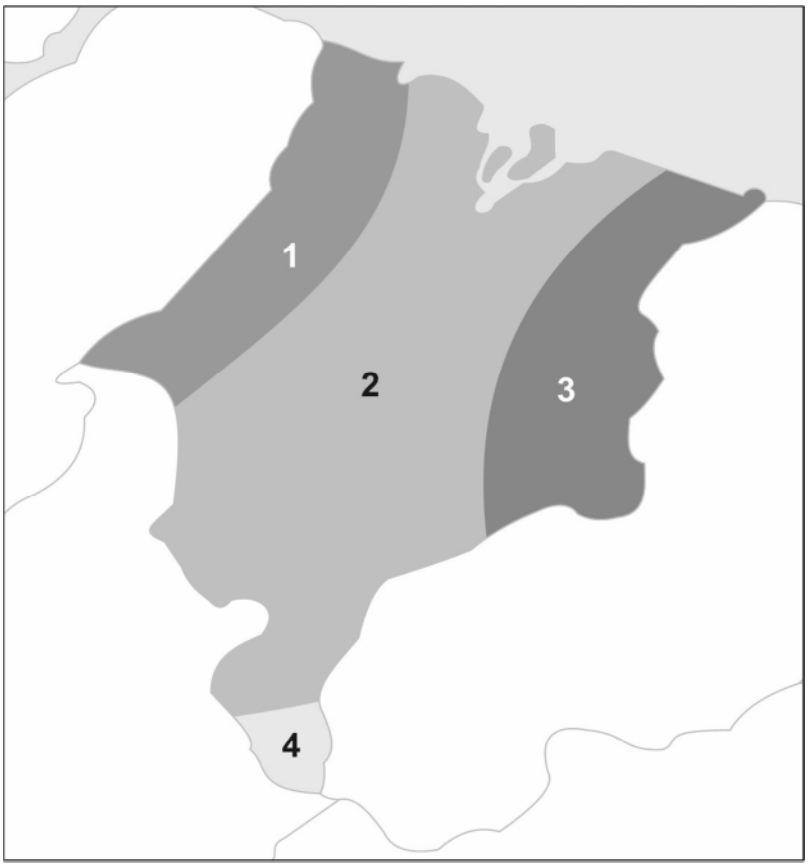
22. No Microsoft Outlook 2013, em português, a tecla de atalho para se criar uma mensagem de *e-mail* é

(A) Ctrl+Shift+M
(B) Ctrl+M
(C) Ctrl+Shift+A
(D) Ctrl+Shift+Q
(E) Ctrl+K

Noções de Geografia do Estado do Maranhão

23. Considere o mapa do Maranhão abaixo.

Maranhão – tipos climáticos



(Disponível em: **https://www.embrapa.br**)

De acordo com o mapa, em

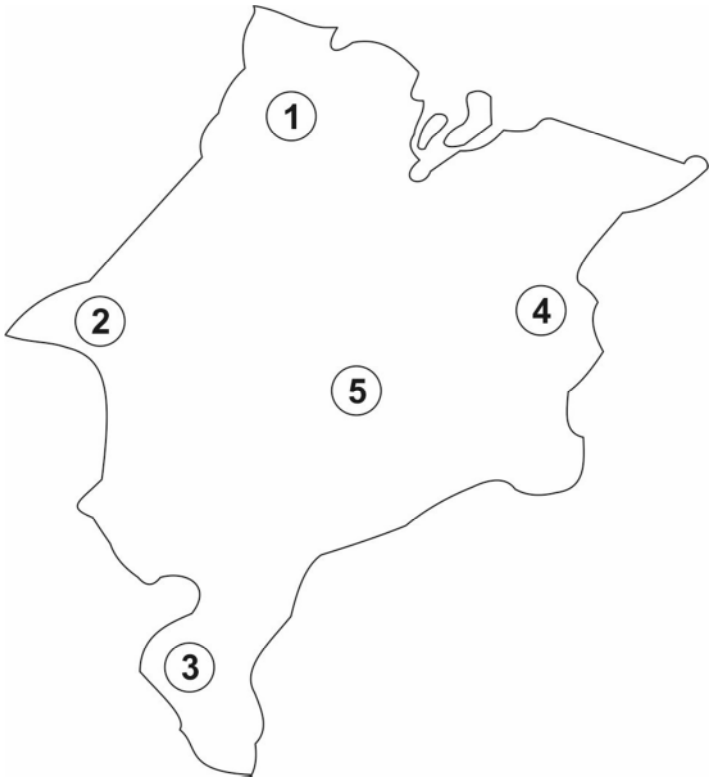
(A) 3, as variações de temperatura estão relacionadas à massa de ar Tropical Atlântica.
(B) 2, a amplitude térmica anual é superior a 8 °C, principalmente nas áreas mais próximas do litoral.
(C) 2 pode-se observar umidade relativa do ar próxima a 80% durante todo o ano.
(D) 1 encontram-se os maiores índices de precipitação atmosférica do estado.
(E) 4, os efeitos da continentalidade tornam as temperaturas mais baixas e oscilantes.

24. É a maior bacia hidrográfica do Maranhão e ocupa cerca de 29,84% da área total do Estado; abriga 83 municípios, que juntos somam 1.681.307 habitantes – o que representa 25,6% da população maranhense, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O principal rio desta bacia tem pouco mais de 900 quilômetros de extensão e deságua na baía de São Marcos onde há extensa área de mangues.

Trata-se da bacia hidrográfica do rio

(A) Itapecuru.
(B) Mearim.
(C) Turiaçu.
(D) Pindaré.
(E) Grajaú.

25. Considere o mapa do Maranhão abaixo.



As Chapadas do Alto Rio Parnaíba consistem de vastas superfícies planálticas de extensos topos planos e não dissecados, alçadas em cotas que variam entre 350 m e 600 m de altitude. Esse conjunto de chapadas foi genericamente denominado Serra do Penitente.

No mapa acima as Chapadas estão indicadas pelo número

(A) 5

(B) 1

(C) 2

(D) 4

(E) 3

26. Segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC as projeções de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB maranhense em 2017 foram favoráveis. Um dos fatores para o crescimento do PIB maranhense foi

(A) o início da exploração de petróleo na bacia do Parnaíba.

(B) a expansão do extrativismo do babaçu.

(C) o bom desempenho do setor agropecuário.

(D) a implantação de novas indústrias têxteis e de confecções.

(E) o aumento das exportações de minérios

27. Sobre a agropecuária maranhense é correto afirmar que

(A) a nova fronteira agrícola em expansão no centro-sul do estado tem exercido forte pressão sobre o cerrado.

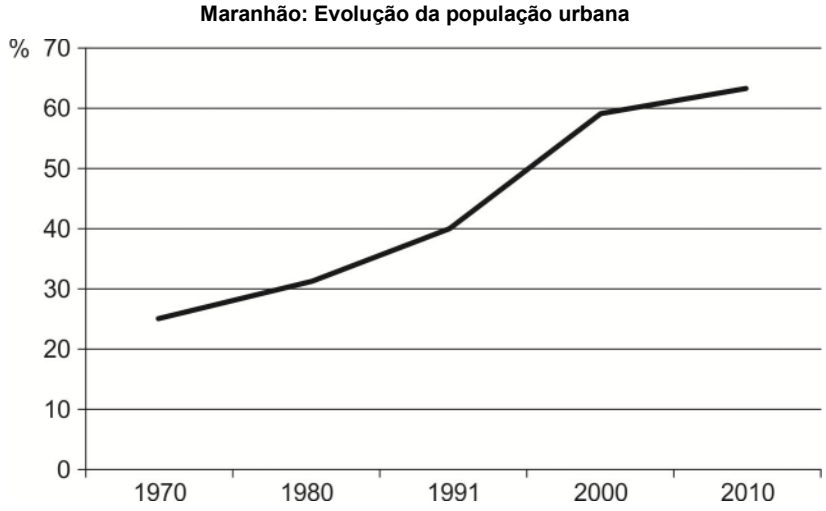
(B) o leste do estado abriga importante atividade relacionada ao cultivo de eucaliptos para a indústria

(C) a principal área de pecuária bovina do estado ocupa pastagens cultivadas em substituição à caatinga.

(D) o moderno cultivo comercial do arroz transformou o estado no maior produtor nacional do cereal em 2017.

(E) a agricultura familiar reduziu o espaço no estado que, atualmente, precisa importar café e mandioca do Piauí.

28. Considere o gráfico abaixo.



(Disponível em: **www.ibge.gov.br**)

A leitura do gráfico e os conhecimentos sobre a população maranhense permitem afirmar que o crescimento da população urbana no período deve-se, entre outros fatores,

(A) à incorporação de novas áreas com forte potencial de crescimento econômico, a exemplo do baixo Parnaíba.

(B) às migrações de retorno que se intensificaram com as novas atividades econômicas no estado.

(C) aos investimentos realizados no sentido de melhorar a posição do estado como o menos urbanizado do Brasil.

(D) à redução do déficit habitacional em várias médias cidades, o que as transformaram em polos de crescimento demográfico.

(E) à migração da zona rural com destino urbano, sobretudo dentro do próprio estado.

---

29. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, estabelece direitos e garantias fundamentais aos cidadãos residentes no Brasil. Um destes direitos é a

(A) livre associação profissional ou sindical desde que o Estado autorize e monitore as atividades.

(B) liberdade de crença ou religião e livre exercício de cultos permitidos pelas autoridades competentes.

(C) indenização por dano material ou moral no caso da vida privada, da honra ou da imagem serem atingidas.

(D) livre manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.

(E) capacidade para propor ação popular destinada a denunciar abusos de poder ou conduta do poder judiciário.

---

30. Considere as seguintes afirmações:

I. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa, guardando sigilo sobre assuntos da repartição.

II. Propor horário de trabalho que atenda simultaneamente a natureza do serviço e suas necessidades particulares.

III. Residir no local onde exercer o cargo ou, mediante autorização, em localidade vizinha, se não houver inconveniente para o serviço.

De acordo a Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994 – que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão e dá outras providências, está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I.

(C) I e III.

(D) II e III.

(E) III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A Instrução Normativa nº 33, de 24 de agosto de 2016, que aprova a Norma Técnica para a utilização do Certificado Fitossanitário de Origem – CFO e do Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado – CFOC, considera como Unidade de Produção Padrão:

(A) A área contínua, de tamanho variável e identificada por um ponto georreferenciado, que representa a espécie a ser explorada.

(B) A área contínua, de tamanho variável e identificada por um ponto georreferenciado, plantada com a mesma espécie, cultivar, clone e estádio fisiológico, sob os mesmos tratos culturais e controle fitossanitário.

(C) A área plantada com a mesma espécie, em que poderão ser agrupados para a caracterização de uma unidade de produção tantos talhões descontínuos, de um mesmo produto, desde que a soma dos talhões agrupados não exceda a 20 hectares.

(D) A área plantada com a mesma espécie, em que talhões descontínuos de um mesmo produto que possuam área igual ou superior a 20 hectares deverão constituir unidades de produção individualizadas.

(E) Uma unidade que pode ser beneficiadora, processadora ou embaladora, a partir da qual saem partidas provenientes de lotes consolidados de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal certificadas.

32. O Certificado Fitossanitário de Origem – CFO e o Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado – CFOC são os documentos emitidos na origem para atestar a condição fitossanitária da

(A) partida de plantas e partes de vegetais de acordo com as normas de defesa sanitária vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

(B) chegada de plantas e partes de vegetais de acordo com as normas de defesa sanitária vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

(C) partida de plantas e partes de vegetais conforme as normas de defesa sanitária de vegetais orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

(D) chegada de plantas e partes de vegetais segundo as normas de defesa sanitária de agroquímicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

(E) partida de plantas e produtos de origem vegetal de acordo com as normas internacionais de defesa sanitária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

33. A Permissão de Trânsito de Vegetais – PTV:

(A) Servirá apenas para trânsito de plantas ou de produtos vegetais envolvendo o transporte interno rodoviário.
(B) Serve para subsidiar a emissão do Certificado Fitossanitário.
(C) Somente poderá ser emitida e assinada por um Engenheiro de Minas.
(D) Não serve para subsidiar a emissão do Certificado Fitossanitário de Reexportação.
(E) Não é documento oficial e pode ser impresso pelo interessado em qualquer computador.

34. Sobre o trânsito de frutas hospedeiras da mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*), é correto afirmar:

(A) O transporte das frutas hospedeiras do Estado do Amapá para outras Unidades da Federação não precisa ser realizado em recipiente lacrado.

(B) Comprovou-se que não existe possibilidade de a praga adaptar-se a espécies de frutas nativas e outras espécies de importância econômica.

(C) A dispersão da praga pode trazer danos apenas para o mercado interno, sendo que o mercado externo de frutas foi imunizado.

(D) A mosca da carambola tem hospedeiros nos estados da Região Norte do Brasil.

(E) Caso seja comprovada alguma infestação por mosca das frutas, independentemente da espécie, apenas a carga contaminada pela praga deverá ser destruída.

35. A Instrução Normativa SDA nº 9, de 9 de março de 2011, proíbe a saída de frutas frescas de espécies hospedeiras da mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*), com exceção das espécies *Citrus* ..I.. e *Citrus* ..II.. do Estado ..III.. para quaisquer Unidades Federativas.

Preenche correta e respectivamente as lacunas **I**, **II** e **III**:

(A) *desidratada* – *reticulata* – do Mato Grosso
(B) *reticulata* – *sinensis* – de Roraima
(C) *aurantium* – *paradisi* – de Roraima
(D) *aurantium* – *sinensis* – do Acre
(E) *medica* – *silenciosa* – de Roraima

36. A Instrução Normativa SDA nº 9, de 9 de março de 2011, dispõe que os Fiscais Federais Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA lotados nos portos, aeroportos e postos de fronteira deverão realizar ações de

(A) fiscalização para autorizar o transporte de frutas hospedeiras de moscas das frutas provenientes de outros países nos quais a praga da mosca da carambola ocorra e nas saídas do Estado de Rondônia.

(B) fiscalização para impedir o transporte de frutas hospedeiras de moscas das frutas provenientes de outros países nos quais a praga da mosca da carambola ocorra e nas saídas do Estado de Roraima.

(C) fiscalização para regularizar o transporte de frutas hospedeiras de moscas das frutas provenientes de outros países nos quais a praga da mosca carambola ocorra e nas saídas do Estado de Roraima.

(D) averiguação para possibilitar o transporte de frutas hospedeiras de moscas das frutas provenientes de outros países nos quais a praga da mosca carambola ocorra e nas saídas do Estado de Sergipe.

(E) fiscalização para permitir o transporte de frutas hospedeiras de moscas das leguminosas provenientes de outros países nos quais a praga da mosca da carambola ocorra e nas saídas do Estado de Roraima.

---

37. A Embrapa Florestas fez a detecção e o registro de entrada da vespa-da-madeira (*Sirex noctilio*) no país em 1988, a qual se tornou a principal praga para as florestas de *Pinus sp*., tanto no Brasil como em outros países da América do Sul. Diante dessa conjuntura, a Portaria nº 125, de 3 de agosto de 1998, é concernente

(A) aos inimigos da vespa-da-madeira, como os parasitoides da ordem Hymenoptera como a *Ibalia leucospoides, Rhyssa sp.* e *Megarhyssa sp.,* que podem auxiliar no controle biológico desse inseto, associado ao manejo correto dos povoamentos, com a utilização de espaçamentos e desbastes adequados.

(B) ao monitoramento dos níveis de ataque de *Sirex noctilio* em plantios de *Pinus taeda* e eficiência dos inimigos naturais e de outras técnicas de controle biológico.

(C) à utilização de nematoide *Deladenus siricidicola* (Nematoda: Neotylenchidae) no controle biológico de *Sirex noctilio* (Hymenoptera: siricidae), praga de *Pinus spp.*

(D) aos sintomas do ataque da vespa-da-madeira que são: respingos de resina; amarelecimento da copa; orifícios de emergência; em madeira desdobrada são encontradas galerias escavadas pelas larvas e manchas azuladas provocadas pelo fungo inoculado pelas fêmeas.

(E) à restrição do trânsito de madeira bruta, serrada e beneficiada de *Pinus* entre os estados de ocorrência da praga e destes para as demais unidades da Federação, obrigando que as partidas sejam certificadas mediante declaração adicional, ou de Certificado Fitossanitário de Origem, constando que o material está livre de *Sirex noctilio,* tanto na fase adulta como na imatura.

---

38. Considerando a Portaria nº 125, de 3 de agosto de 1998, foi desenvolvido pela Embrapa Florestas, em 1989, o Programa de Manejo Integrado de *Sirex noctilio,* constituindo-se *no primeiro programa de MIP, empregando diferentes técnicas de monitoramento e controle de uma praga florestal no Brasil* (EMBRAPA, 2009). Devido ao seu alto poder de dispersão natural (de 30 a 50 km por ano), entre as medidas de controle temos restrições no transporte *de madeira das áreas atacadas para áreas onde ainda não tenha sido detectada a sua presença*. Desse modo, algumas das estratégias específicas para contenção dessa praga, no programa citado, são:

(A) estabelecimento de medidas quarentenárias para evitar a dispersão da praga para áreas indenes; melhorias das condições de manejo florestal, em especial dos desbastes; controle biológico com a introdução do ácaro *Phyllocoptruta oleivora* e de *Pentilia egena* e *Azya luteipes;* monitoramento, através de árvores-armadilha.

(B) estabelecimento de um intensivo programa de transferência de tecnologia, controle biológico com a introdução do nematoide *Meloidogyne enterolobii*; monitoramento, através de árvores-armadilha, para detecção precoce da praga em regiões próximas ao seu limite de dispersão e em áreas de fronteira.

(C) controle biológico com a introdução do nematoide *Deladenus siricidicola* e de um parasitoide, a vespa *Ibalia leucospoides*; estabelecimento de medidas quarentenárias para evitar a dispersão da praga para áreas indenes; monitoramento, através de árvores-armadilha, para detecção precoce da praga em regiões próximas ao seu limite de dispersão e em áreas de fronteira.

(D) monitoramento através de árvores-armadilha; monitoramento das estratégias de controle e mapeamento das áreas de ocorrência da praga; estabelecimento de medidas quarentenárias para evitar a dispersão da praga; controle biológico com *Oncometopia facialis*, *Orthezia praelonga* e *Acrogonia virescens*.

(E) monitoramento, através de árvores-armadilha, para detecção precoce da praga em regiões próximas ao seu limite de dispersão e em áreas de fronteira; monitoramento das estratégias de controle e mapeamento das áreas de ocorrência da praga; controle biológico com a introdução da bactéria *Xylella fastidiosa* Wells e de *Crogonia gracili* (Osborn), *Dilobopterus costalimai* Young e *Oncometopia facialis* (Signoret).

39. De acordo com a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no exercício de sua competência, a União poderá adotar as seguintes providências sobre agrotóxicos, seus componentes e afins:

(A) As responsabilidades administrativa, civil e penal pelos danos causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente, quando a produção, comercialização, utilização, transporte e destinação de embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, não cumprirem o disposto na legislação pertinente, cabem, entre outras: ao profissional, quando comprovada receita errada, displicente ou indevida; ao registrante que, por dolo ou por culpa, omitir informações ou fornecer informações incorretas.

(B) Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infração de disposições desta Lei acarretará, isolada ou cumulativamente, nos termos previstos em regulamento, independente das medidas cautelares de estabelecimento e apreensão do produto ou alimentos contaminados, a aplicação de diferentes sanções.

(C) O Poder Executivo desenvolverá ações de instrução, divulgação e esclarecimento, que estimulem o uso seguro e eficaz dos agrotóxicos, seus componentes e afins, com o objetivo de reduzir os efeitos prejudiciais para os seres humanos e o meio ambiente e de prevenir acidentes decorrentes de sua utilização imprópria.

(D) Legislar sobre a produção, registro, comércio interestadual, exportação, importação, transporte, classificação e controle tecnológico e toxicológico; controlar e fiscalizar os estabelecimentos de produção, importação e exportação; analisar os produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, nacionais e importados; controlar e fiscalizar a produção, a exportação e a importação.

(E) Cabe ao Município legislar supletivamente sobre o uso e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins.

---

40. De acordo com a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, em seu artigo 8º, *A propaganda comercial de agrotóxicos, componentes e afins, em qualquer meio de comunicação, conterá, obrigatoriamente, clara advertência sobre os riscos do produto à saúde dos homens, animais e ao meio ambiente*. Nesse sentido, algumas medidas e instruções informativas devem ser observadas rigorosamente, tais como:

(A) estímulo aos compradores e usuários para uma leitura atenta do rótulo, do folheto, ou pedir que alguém os leia para eles, se não souberem ler; não deve conter nenhuma representação visual de práticas potencialmente perigosas, tais como a manipulação ou aplicação sem equipamento protetor, o uso em proximidade de alimentos ou em presença de crianças.

(B) legislação sobre a produção, registro, comércio interestadual, exportação, importação, transporte, classificação e controle tecnológico e toxicológico; controlar e fiscalizar os estabelecimentos de produção, importação e exportação; analisar os produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, nacionais e importados.

(C) devolução e destinação adequada de embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, de produtos apreendidos pela ação fiscalizadora e daqueles impróprios para utilização ou em desuso; armazenamento, transporte, reciclagem, reutilização e inutilização de embalagens vazias e produtos referidos.

(D) ações de instrução, divulgação e esclarecimento, que estimulem o uso seguro e eficaz dos agrotóxicos, seus componentes e afins, com o objetivo de reduzir os efeitos prejudiciais para os seres humanos e o meio ambiente e de prevenir acidentes decorrentes de sua utilização imprópria.

(E) os agrotóxicos, seus componentes e afins, só poderão ser produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados, se previamente registrados em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.

---

41. Os agrotóxicos, seus componentes e afins, de acordo com definição do artigo 2º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, só poderão ser produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados se previamente registrados em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura. Desse modo, está correto o que consta em:

(A) a criação do registro especial temporário para agrotóxicos, seus componentes e afins, quando se destinarem à pesquisa e à experimentação; entidades públicas e privadas de ensino, assistência técnica e pesquisa poderão realizar experimentação e pesquisas, e poderão fornecer laudos no campo da agronomia, toxicologia, resíduos, química e meio ambiente.

(B) a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, serão regidos por esta Lei.

(C) legitimidade para requerer o cancelamento ou a impugnação, em nome próprio, do registro de agrotóxicos e afins, arguindo prejuízos ao meio ambiente, à saúde humana e dos animais; entidades legalmente constituídas para defesa dos interesses difusos relacionados à proteção do consumidor, do meio ambiente e dos recursos naturais.

(D) usuários de agrotóxicos, seus componentes e afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, de acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas, no prazo de até um ano, contado da data de compra, ou prazo superior, se autorizado pelo órgão registrante, podendo a devolução ser intermediada por postos ou centros de recolhimento, desde que autorizados e fiscalizados pelo órgão competente.

(E) quando o produto não for fabricado no País, assumirá a responsabilidade a pessoa física ou jurídica responsável pela importação e, tratando-se de produto importado submetido a processamento industrial ou a novo acondicionamento, caberá ao órgão registrante defini-la.

42. Considere:

I

A implantação do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa – PNEFA no Brasil é uma ação estratégica e necessária, passando por mudanças que afetaram a produção pecuária, indústria, e o comércio, melhorando a condição sanitária em relação à doença.

II

O Brasil é grande exportador de bovinos e suínos, atingindo novos mercados que são mais exigentes em relação à condição sanitária para febre aftosa. O país precisa demonstrar cada vez mais eficácia em seu processo de erradicação da febre aftosa e no atendimento aos requisitos sanitários acordados com seus parceiros comerciais.

É correto afirmar:

(A) As duas assertivas são coerentes e complementares.
(B) As duas assertivas são descontínuas e incoerentes.
(C) A primeira assertiva é introdutória e a segunda assertiva é explicativa.
(D) A segunda assertiva é elucidativa e a primeira assertiva é expressa.
(E) As duas assertivas dizem respeito ao mesmo tema.

---

43. Os objetivos principais do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa – PNEFA são:

I. Criar e manter condições sustentáveis para garantir o *status* de país livre da febre aftosa.
II. Ampliar as zonas livres sem vacinação, protegendo o patrimônio pecuário nacional.
III. Gerar o máximo de benefícios aos atores envolvidos com a questão da febre aftosa e à sociedade brasileira.
IV. Fortalecer, exclusivamente, as medidas de tratamento da febre aftosa em todo o país.
V. Incentivar a participação comunitária nos diagnósticos da febre aftosa.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) III, IV e V.
(B) I, IV e V.
(C) II, III e V.
(D) I, II e III.
(E) I, II e V.

---

44. Uma das principais doenças infecciosas que acometem equídeos mundialmente é *provocada por vírus, transmitida por meio do sangue de um animal infectado, picada de insetos hematófagos ou por agulhas*, *leite, placenta (transmissão congênita), sêmen (acasalamento) e pelo soro imune* [...], *sendo também conhecida como Febre dos Pântanos ou 'Swamp Fever', Malária Equina, AIDS do cavalo, Mal do Cochilo.* Diante deste quadro, a Instrução Normativa MAPA nº 45, de 15 de junho de 2004, refere-se à aprovação das Normas para a Prevenção e o Controle da

(A) influenza equina.
(B) rinopneumonite equina.
(C) encefalomielite equina.
(D) rhodococcus equina.
(E) anemia infecciosa equina.

---

45. A Instrução Normativa nº 24, de 5 de abril de 2004, é respectiva a uma doença infectocontagiosa dos equídeos e que pode ser transmitida aos seres humanos e a outros animais, sendo que o seu diagnóstico e controle são fiscalizados por várias instâncias dos órgãos públicos oficiais de defesa e vigilância sanitária através de suas instruções, no âmbito do Programa Nacional de Sanidade de Equídeos – PNSE do MAPA. Também, trata-se, portanto, de uma doença de notificação obrigatória pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE. Esta doença é denominada

(A) Carbúnculo sintomático ou peste de manqueira, causado pela bactéria *Clostridium septicum*.
(B) Mormo ou Lamparão, causada pela bactéria *Burkholderia mallei*.
(C) Carbúnculo hemático, causado pela bactéria *Bacillus anthracis*.
(D) Encefalite equina, falsa raiva, peste-de-cegar e doença de Aujesky.
(E) Gurma ou garrotilho, causada pela bactéria *Streptococcus cusequi*.

46. A Instrução Normativa nº 47, de 18 de junho de 2004, refere-se à aprovação do Regulamento Técnico do Programa Nacional de Sanidade Suídea, destinando sua aplicação *ao controle sanitário a ser realizado nos estabelecimentos de criação de suídeos que desenvolvam atividades relacionadas com a produção, reprodução, comercialização, distribuição de suídeos e material de multiplicação de origem suídea, bem como impedir a introdução de doenças exóticas e controlar ou erradicar aquelas existentes no país.* Entre as competências do Departamento de Defesa Animal – DDA está

(A) todo médico veterinário, proprietário, transportador de animais ou qualquer outro cidadão que tenha conhecimento de suspeita da ocorrência de doença de suídeos de notificação obrigatória deverá comunicar imediatamente o fato ao serviço veterinário oficial, com a suspensão imediata da movimentação, a qualquer título, de suídeos, seus produtos e subprodutos existentes no estabelecimento.

(B) todos os estabelecimentos de criação de suídeos deverão ser cadastrados pelas Secretarias de Estado de Agricultura ou autoridades de defesa sanitária animal competentes nos Estados e no Distrito Federal, de acordo com instruções e modelo nacional padronizado estabelecidos pelo DDA.

(C) a comercialização e distribuição, no Território Nacional, de suídeos destinados à reprodução, assim como a sua participação em exposições, feiras e leilões, somente será permitida àqueles procedentes de granjas certificadas sanitariamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

(D) normatizar, implementar, controlar e avaliar a execução das atividades do Programa Nacional de Sanidade Suídea, com vistas à vigilância, à profilaxia, ao controle e à erradicação de doenças que afetam o plantel nacional de suídeos, definir critérios para adoção de técnicas de diagnóstico, para a importação e utilização de insumos e imunobiológicos.

(E) a operação realizada pelo serviço veterinário oficial quando se confirma a ocorrência de doença emergencial ou em erradicação e que consiste em sacrificar todos os animais do rebanho, enfermos, contatos e contaminados, e, se preciso, outros rebanhos que foram expostos ao contágio por contato direto ou indireto com o agente patogênico, com a destruição das carcaças, por incineração ou enterramento.

---

47. No âmbito do Programa Nacional de Sanidade Avícola, a Instrução Normativa nº 17, de 7 de abril de 2006, aprovou o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle em todo o território nacional. Deste modo, a Coordenação de Produtos Veterinários do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – CPV/DFIP

(A) controlará e supervisionará a distribuição de vacinas para Influenza Aviária e Doença de Newcastle, no que se refere à quantidade de vacinas produzidas e importadas e a quantidade desses insumos distribuídos por UF; e o mapa de distribuição de vacinas registradas deverá ser entregue pelas empresas produtoras e importadoras, trimestralmente à CPV/DFIP, que será responsável pelo encaminhamento ao Departamento de Saúde Animal – DSA.

(B) definirá os parâmetros de equivalência de *status* sanitário e de níveis de eficiência na execução de atividades dos serviços de defesa sanitária animal, referentes ao Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle.

(C) organizará, com periodicidade mínima anual, estudo de vigilância ativa para a Influenza Aviária e Doença de Newcastle, abrangendo as UF que dispuserem de cadastro georreferenciado, em formato eletrônico, atualizado continuamente, junto à Coordenação de Sanidade Avícola, do DAS, sendo que farão parte da população amostrada: aves comerciais de corte, aves de postura comercial, aves domésticas de criações não comerciais e aves migratórias.

(D) implementar e operacionalizar o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle, com base em critérios geopolíticos, dividindo o país em regiões, sendo realizadas auditorias periódicas, conforme critérios definidos em normas complementares, naquelas Unidades da Federação que aderirem ao plano.

(E) coordenará as ações que visem à determinação da situação epidemiológica da região em relação à Influenza Aviária e Doença de Newcastle no Brasil, mediante a realização de inquéritos epidemiológicos anuais, mantendo atualizado o marco legal de ações para combate à Influenza Aviária e Doença de Newcastle e os manuais de atuação do PNSA referentes aos procedimentos operacionais e atividades de campo e de emergência sanitária.

---

48. A Instrução Normativa nº 16, de 8 de maio de 2008, visando *ao fortalecimento da cadeia produtiva apícola, por meio de ações de vigilância e defesa sanitária animal*, considera em seu artigo 1º, parágrafo 3º, ações para a prevenção, diagnóstico, controle e erradicação de doenças e pragas que causam danos à cadeia produtiva relacionada à apicultura, tais como:

I. Educação sanitária.

II. Estudos epidemiológicos.

III. Controle do trânsito.

IV. Cadastramento, fiscalização e certificação sanitária.

V. Intervenção imediata quando da suspeita ou ocorrência de doença ou praga de notificação obrigatória.

Estas medidas são atividades

(A) do Programa Nacional de Sanidade Apícola.

(B) do Sistema de Vigilância Epidemiológica para Doenças das Abelhas.

(C) do Sistema Mundial de Informação Zoossanitária da Organização Mundial de Saúde Animal.

(D) das Câmaras Estaduais Setoriais e Temáticas do MAPA.

(E) do Instrutivo de Informes Epidemiológicos Mensais.

49. Considere:

I

Determina que máquinas, veículos transportadores e implementos agrícolas provenientes de outras Unidades da Federação só poderão ingressar em território maranhense acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, informando que foram submetidos a lavagem e desinfestação com produto químico.

Entretanto,

II

não há necessidade de eliminação de partículas de solo e outros resíduos que possam conter cistos, material propagativo de plantas invasoras capazes de disseminar pragas nas lavouras do Estado do Maranhão.

É correto afirmar:

(A) As duas frases são incompletas e equivocadas.
(B) As duas frases são corretas, sendo a segunda justificativa verdadeira da primeira.
(C) As duas frases são corretas, mas nada apresentam entre si.
(D) A primeira frase é falsa e a segunda frase é parcialmente verdadeira.
(E) A primeira frase é correta e a segunda frase é falsa.

---

50. A Portaria AGED-MA nº 638, de 19 de agosto de 2011, refere-se à expansão expressiva da sojicultura em várias regiões do Maranhão, sua relevância socioeconômica, e também registra que *a manutenção de áreas permanentes e contínuas destes cultivos e a presença de plantas voluntárias de soja mantêm o inóculo do fungo ativo*. Visando prevenir e controlar a *Phakopsora pachyrhizi,* conforme o Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja, no âmbito das medidas técnicas, *o período de ausência de plantas vivas é uma estratégia adicional no manejo da ferrugem asiática da soja, objetivando reduzir as quantidade de uredosporos no ambiente durante a entressafra, reduzindo a possibilidade de incidência precoce da ferrugem.* Este período é denominado de

(A) janela ideal de semeadura
(B) época da colheita.
(C) vazio sanitário vegetal.
(D) grupos de maturidade.
(E) ponte verde.

---

51. De acordo com a Lei nº 8.521, de 30 de novembro de 2006, mediante identificação funcional, quando no exercício das funções relativas às ações de inspeção e fiscalização de produtos agrotóxicos, é conferido o poder de polícia administrativa à

(A) Comissão Técnica de Assessoramento para Agrotóxicos.
(B) Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais.
(C) Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão.
(D) Fiscalização, Controle e Inspeção de Defesa Agropecuária.
(E) Secretaria de Estado de Saúde.

---

52. Entre as competências da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão, conforme o Decreto nº 23.118, de 29 de maio de 2007, está:

(A) autorizar a devolução das embalagens vazias de agrotóxicos e afins e respectivas tampas, no prazo de até 1 ano contado da data da compra, cabendo aos fabricantes de agrotóxicos e afins o recolhimento, o armazenamento, o transporte e a destinação final das embalagens vazias devolvidas pelos usuários.

(B) estabelecer diretrizes e exigências de dados e informações para registro de empresa e de prestador de serviços, cadastro de agrotóxicos e afins destinados à higienização, desinfecção e desinfestação de ambientes domiciliares, públicos ou coletivos e aqueles cujo destino seja o tratamento de água e o uso em campanhas de saúde pública.

(C) estabelecer diretrizes e exigências para o registro inicial de estabelecimento formulador e embalador de agrotóxicos e afins; desenvolver ações educativas de divulgação e de esclarecimento, que assegurem a conservação dos recursos ambientais quando da utilização de agrotóxicos e afins, também quando da destinação final de resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos e afins.

(D) o armazenamento de agrotóxicos e afins obedece à legislação federal e às instruções fornecidas pelo fabricante, no rótulo, na bula, ou juntamente com a embalagem, incluindo as especificações e os procedimentos a serem adotados no caso de acidente, derramamento ou vazamento do produto.

(E) estabelecer diretrizes e exigências de dados e informações para registro de empresa e de prestador de serviços, cadastro de agrotóxicos e afins destinados ao uso nos setores de produção agropecuária, no transporte, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, nas agroindústrias e na proteção de florestas plantadas; orientar e fiscalizar o destino adequado dos resíduos e das embalagens vazias de agrotóxicos e afins.

53. De acordo com a Portaria AGED-MA nº 681, de 4 de setembro de 2017, em seu artigo 6º: *O transportador e/ou proprietário que não esteja portando os documentos fitossanitários exigidos para o trânsito de máquinas, veículos transportadores e implementos agrícolas no Estado do Maranhão ou não se submeter às exigências da referida Portaria estará sujeito a*

I. aplicação de penalidades previstas na legislação estadual.

II. imposição do procedimento de lavagem e desinfestação da máquina ou implemento agrícola.

III. notificação ao infrator exigindo retorno imediato ao seu ponto de origem, quando oriundo de outra UF.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.

(B) I e III, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) II, apenas.

(E) III, apenas.

---

54. De acordo com a Lei nº 7.386, de 16 de junho de 1999, em consonância com os Decretos Federais nº 24.548/1934 e nº 75.407/1975, considere:

I. A Gerência Geral de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – GEPLAN é responsável pela coordenação de programas de vacinação obrigatória de animais no Estado do Maranhão, em âmbito nacional ou estadual.

II. A Gerência Geral de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – GEPLAN elaborará, periodicamente, a relação das vacinações de caráter obrigatório dos animais no Maranhão.

III. É dever do proprietário de animal acatar as determinações legais que disciplinem os programas de saúde animal.

IV. Para evitar a introdução de doenças no território nacional, fica obrigatório o atestado zoossanitário para o trânsito de animais, por via terrestre, aérea, fluvial ou marítima.

V. A exigência da obrigatoriedade do atestado zoossanitário para o trânsito intercontinental será fiscalizada no cruzamento de postos de vacinação.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II, III e IV.

(B) I, IV e V.

(C) I, II e III.

(D) III, IV e V.

(E) I, II e V.

---

55. A Lei Estadual nº 8.761, de 1º de abril de 2008, dispõe sobre a prévia inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal no Estado do Maranhão. Essa inspeção será feita em

I. propriedades rurais e estabelecimentos industriais especializados, com instalações para o abate de animais e o seu preparo ou industrialização para o consumo.

II. entrepostos de pescado e seus derivados nas fábricas que os industrializem.

III. usinas de beneficiamento do leite, fábricas de laticínios, postos de refrigeração do leite e manipulação dos seus derivados.

IV. entrepostos de frutas e nas fábricas de produtos lácteos que somente recebam e acondicionem produtos de origem variada, inclusive mel e cera de abelha.

V. propriedades rurais e no trânsito dos produtos de origem vegetal destinados à industrialização.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.

(B) III, IV e V.

(C) II, III e IV.

(D) I, III e V.

(E) I, II e IV.

56. A Lei nº 7.386, de 16 de junho de 1999, dispõe sobre a defesa sanitária

(A) viral.

(B) vegetal.

(C) mineral.

(D) animal.

(E) humana.

---

57. O estabelecimento de normas técnicas de produção, classificação e fiscalização dos produtos de origem animal, segundo a Lei Estadual nº 8.761, de 1º de abril de 2008, que dispõe sobre a prévia inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal no Estado do Maranhão, é competência do Poder

(A) Administrativo.

(B) Legislativo.

(C) Judiciário.

(D) Moderador.

(E) Executivo.

---

58. A Lei Estadual nº 10.086, de 20 de maio de 2014, dispõe sobre a habilitação sanitária de estabelecimento agroindustrial familiar, de pequeno porte ou artesanal, para elaboração e comercialização de produtos da agroindústria no Estado

(A) do Mato Grosso.

(B) do Ceará.

(C) do Maranhão.

(D) de Sergipe.

(E) de São Paulo.

---

59. Para a habilitação sanitária do estabelecimento de produtos de origem vegetal, conforme a Lei nº 10.086, de 20 de maio de 2014, considere:

I

Serão inspecionados os ambientes do estabelecimento, bem como os seus produtos, instalações, máquinas, equipamentos, normas e rotinas técnicas.

para

II

a correta observação dos padrões de registro, conservação, embalagem, rotulagem e prazo de validade e transporte dos produtos.

É correto afirmar:

(A) As duas afirmativas são falsas, sendo que a segunda contradiz a primeira.

(B) As duas afirmativas são corretas, sendo que a segunda justifica a primeira.

(C) As duas afirmativas são parcialmente falsas, a primeira fundamenta a segunda.

(D) As duas afirmativas são parcialmente corretas, a segunda nega a primeira.

(E) As duas afirmativas não possuem conexão entre si.

---

60. A Lei Estadual nº 7.386, de 16 de junho de 1999, visa à proteção do patrimônio pecuário estadual e

(A) à conservação da saúde vegetal.

(B) à preservação da saúde pública.

(C) à prevenção de casos de doenças endêmicas.

(D) à precaução em ocasiões de epidemias.

(E) ao controle de moléstias fitossanitárias.